



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KATIANNY ONEZIA DE LIMA SANTOS

MARIA JESSICA DOS SANTOS

**MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALAGOAS NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UFAL: PANORAMA ATUAL E DESAFIOS**

MACEIÓ- AL
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

KATIANNY ONEZIA DE LIMA SANTOS

MARIA JESSICA DOS SANTOS

**MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALAGOAS NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UFAL: PANORAMA ATUAL E DESAFIOS**

Artigo Científico apresentado ao Colegiado do
Curso de Pedagogia do Centro de Educação da
Universidade Federal de Alagoas como requisito
parcial para obtenção da nota final do Trabalho
de Conclusão de Curso (TCC).

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva

MACEIÓ-AL
2025

KATIANNY ONEZIA DE LIMA SANTOS

MARIA JÉSSICA DOS SANTOS

**MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALAGOAS NO REPOSITÓRIO
INSTITUCIONAL DA UFAL: PANORAMA ATUAL E DESAFIOS**

Trabalho apresentado ao Colegiado do Curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção da nota final do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 02/06/2025.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Felix da Silva (CEDU/UFAL)

Comissão Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **JEANE FELIX DA SILVA**
Data: 27/07/2025 18:36:49-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva
(CEDU/UFAL)
Presidente

Documento assinado digitalmente
 **ABDIZIA MARIA ALVES BARROS**
Data: 16/06/2025 23:09:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Abdizia Maria alves Barros
(CEDU/UFAL) - Avaliadora

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA VERGNE DE MORAIS OLIVEIRA**
Data: 28/07/2025 00:28:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Maria Vergne de Moraes Oliveira
(CEDU/UFAL) –Avaliadora

MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM ALAGOAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFAL: PANORAMA ATUAL E DESAFIOS

Katianny Onezia de Lima Santos
katianny.santos@cedu.ufal.br

Maria Jéssica dos Santos
maria.jessica@cedu.ufal.br

Profa. Dra. Jeane Felix da Silva (Orientadora)
jeane.silva@cedu.ufal.br

Resumo:

Este estudo mapeia a produção acadêmica sobre educação do campo em Alagoas, com base em dados do Repositório Institucional da UFAL (RI/UFAL) coletados em março de 2023. A pesquisa objetiva analisar como a educação do campo em Alagoas tem sido abordada na produção acadêmica local, identificando ações e desafios para a qualidade do ensino nessa modalidade educacional no estado. A metodologia foi desenvolvida por meio de uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados realizada com revisão bibliográfica desenvolvida no RI/UFAL. O referencial teórico foi pautado, principalmente, em autores/as como Arroyo, Caldart e Molina (2011), Santos (2011), Vieira e Medeiros (2018), entre outros. Os resultados revelam avanços históricos na área, mas também apontam para a necessidade de superar obstáculos para garantir uma educação de qualidade aos sujeitos do campo.

Palavras-chave: Educação do campo. Sujeitos do campo. Pesquisa Bibliográfica. RI UFAL.

Abstract:

This study maps the academic production on rural education in Alagoas, based on data from the Institutional Repository of UFAL (RI/UFAL) collected in March 2023. The research aims to analyze how rural education in Alagoas has been approached in local academic production, identifying actions and challenges for the quality of teaching in this educational modality in the state. The methodology was developed through qualitative research, with data collection carried out through a bibliographic review conducted at RI/UFAL. The theoretical framework was based mainly on authors such as Arroyo, Caldart, and Molina (2011), Santos (2011), Vieira and Medeiros (2018), among others. The results reveal historical advances in the area but also point to the need to overcome obstacles to ensure quality education for rural subjects.

Keywords: Rural Education. Rural Subjects. Bibliographic Research. RI UFAL.

1. Introdução

A Educação do Campo é uma modalidade educacional respaldada na legislação brasileira com a finalidade de assegurar o direito à educação para as populações rurais em nosso país. A Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e o Decreto nº 7.352/2010, que institui a Política Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), são marcos importantes que reconhecem a necessidade de uma educação atenta às necessidades dos sujeitos do campo. Em termos amplos, a educação do campo visa a valorização da cultura e dos saberes do povo do campo, garantindo o acesso à educação de qualidade e a superação das desigualdades educacionais que acometem essa população. Para Caldart:

A Educação do campo se coloca em luta pelo acesso dos trabalhadores ao conhecimento produzido na sociedade e ao mesmo tempo problematiza, faz a crítica ao modo de conhecimento dominante e à hierarquização epistemológica própria desta sociedade que deslegitima os protagonistas originários da Educação do campo como produtores de conhecimento e que resiste a construir referências próprias para a solução de problemas de uma outra lógica de produção e de trabalho que não seja a do trabalho produtivo para o capital (Caldart, 2009, p. 38).

Considerando a relevância da Educação do Campo, a escolha da temática desta pesquisa se deu, particularmente, por conhecermos e convivermos com sujeitos do campo, aqueles/as que fazem parte de assentamentos rurais e que tiram o sustento de suas famílias a partir dos produtos cultivados na terra, sejam terras próprias ou no trabalho realizado para os/as proprietários/as de terras da região, denominados “fazendeiros”, que pagam “diárias” aos/as camponeses, ou seja, eles/as recebem apenas pelos dias trabalhados.

Outro motivo relevante para a escolha do tema deve-se ao fato de uma de nós ser filha de assentados/as e ter acompanhado, ao longo da sua vida, a luta da sua família pela garantia do direito à terra. Sua família atualmente possui uma parcela/lote de terra no assentamento Boa Vista, que fica localizado no município de Quebrangulo (AL) e foi implantado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Além disso, durante a nossa graduação em Pedagogia, tivemos a oportunidade de cursar a disciplina eletiva Educação do Campo, ministrada pela professora Ana Maria Vergne, na qual pudemos refletir, debater e ampliar os nossos conhecimentos acerca do tema, assim

como de sua importância para os/as milhares de brasileiros/as que fazem parte do campo. Cabe destacar que consideramos importante que a referida disciplina eletiva seja componente curricular obrigatório do Curso de Pedagogia, dada a sua relevância para a formação dos/as profissionais da Educação.

Cientes de que a educação é um problema em todo o território brasileiro, porém que se agrava ainda mais quando se trata do meio rural, constatamos a necessidade de conhecer as produções acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) que discorrem sobre educação do campo, a fim de promover reflexões sobre o tema, bem como sobre a importância de uma educação de qualidade para os sujeitos que vivem no campo.

Com base nesta constatação, este artigo se constitui como uma pesquisa produzida a partir de um mapeamento da produção acadêmica sobre educação do campo no estado de Alagoas, buscando responder às seguintes questões: Como a educação do campo desenvolvida em Alagoas vem sendo abordada na produção acadêmica? Quais as principais ações e desafios em prol de uma educação de qualidade para os sujeitos do campo que essas produções apresentam?

Este trabalho está dividido em cinco partes. Nesta introdução, discorreremos sobre a escolha da temática e os objetivos da pesquisa; na segunda seção, apresentamos a metodologia utilizada para a coleta dos dados; na terceira parte, apresentamos o histórico da educação do campo, destacando os eventos coletivos realizados em prol desta modalidade da educação e os documentos que descrevem essa trajetória histórica e contextualizamos a educação rural e a educação do campo, enfatizando a importância de uma educação de qualidade para os sujeitos do campo; no quarto momento expomos os resultados e as discussões dos dados coletados; na última seção, as considerações finais, refletimos sobre a relevância e as contribuições desta pesquisa.

2. Metodologia

O trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa qualitativa de tipo bibliográfica. Trata-se de um modo de fazer pesquisa que utiliza fontes bibliográficas como livros, artigos, teses e outros documentos para explorar um tema ou problema de pesquisa sem se preocupar com a quantidade, mas com a qualidade dos dados coletados. Diferente da pesquisa quantitativa, que busca dados numéricos e estatísticos, a pesquisa qualitativa busca

compreender e interpretar significados, conceitos e experiências humanas. Sobre a pesquisa qualitativa Silva e Menezes (2005) o descrevem como aquele que:

Considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para a coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (Silva; Menezes, 2005, p. 20).

A coleta de dados foi realizada a partir de uma pesquisa bibliográfica na qual foi feito um levantamento de trabalhos sobre o tema estudado no Repositório Institucional da Ufal (RI/Ufal). A pesquisa bibliográfica se baseia em materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos, para explorar um determinado tema ou problema de pesquisa (Gil, 2002). O levantamento no RI/Ufal foi realizado em março de 2023 utilizando as palavras-chave “Educação do Campo” e “Alagoas”. Na busca inicial, foram identificadas 17 produções, das quais posteriormente selecionamos quatro para análise.

As produções analisadas foram produzidas pelos/as seguintes autores/as: Correia (2021), Mendonça e Cavalcante (2017), Nunes (2018); e Silva e Silva (2020). A pesquisa foi realizada com um recorte temporal que abrange os últimos 10 anos, considerando os trabalhos publicados no RI/Ufal de 2013 - 2023, o que permitiu uma análise atualizada e relevante sobre o tema. Além disso, consideramos como critério de seleção a apresentação de desafios enfrentados pela Educação do Campo não apenas no Brasil, mas principalmente no estado de Alagoas. Dessa forma, a escolha desses trabalhos se deu por sua relevância e foco na temática da pesquisa, permitindo uma análise mais aprofundada e específica sobre a educação do campo no estado.

Buscamos identificar, nos textos mapeados, como a Educação do Campo em Alagoas vem sendo abordada na produção acadêmica e quais as principais ações e desafios em prol de uma educação de qualidade para os sujeitos do campo que essas produções apresentam, visando ao aprendizado e ao desenvolvimento crítico, autônomo e participativo dos/as estudantes na sociedade em que estão inseridos.

3. Breve histórico da Educação do Campo

Ao apresentarmos o histórico da Educação do Campo, é importante iniciar pelo reconhecimento da sensibilidade, dedicação, compromisso e respeito com que tratamos a educação do campo e todos os sujeitos que vivem do e no campo. A luta por uma educação de qualidade para esses sujeitos, que possibilite uma formação ampla nesse contexto, já conta com algumas décadas. Cabe destacar que essa luta parte de lideranças do campo e do reconhecimento da educação como estratégia de emancipação e transformação social. De acordo com Fernandes e Molina:

Os povos do campo e da floresta têm como base de sua existência o território, onde reproduzem as relações sociais que caracterizam suas identidades e que possibilitam a permanência na terra. Esses grupos sociais, para se fortalecerem, necessitam de projetos políticos próprios de desenvolvimento socioeconômico, cultural e ambiental. E a educação é parte essencial desse processo. Por meio da Educação acontece o processo de construção do conhecimento, da pesquisa necessária para a proposição de projetos de desenvolvimento. Produzir seu espaço significa construir o seu próprio pensamento. E isso só é possível com uma educação voltada para os seus interesses, suas necessidades, suas identidades (Fernandes; Molina, s.d, s.p).

Partindo desse pressuposto, a seguir apresentamos importantes eventos coletivos, realizados em prol da educação do campo, e os documentos que descrevem essa trajetória histórica, de muitas lutas, grandes desafios e que afirmam as conquistas que já foram alcançadas até o presente momento iniciando pela Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Brasil, 1996), apresentado como a educação do campo aparece nessas legislações.

É importante destacar que embora a Constituição Federal de 1988 não mencione explicitamente a Educação do Campo, ela estabelece diretrizes para a educação em áreas rurais, conforme descrito no Artigo 215, no qual determina-se que o estado deve promover a cultura e a educação em todas as regiões do país, incluindo assim as áreas rurais (Brasil, 1988).

A LDB aprovada em 1996 é a principal legislação que rege a educação no Brasil, estabelecendo as diretrizes e bases para a educação nacional, a LDB aborda a Educação do Campo e destaca a importância de uma educação que atenda às necessidades e características das comunidades rurais, a exemplo temos o artigo 28 onde afirma que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos das escolas do campo, com possibilidade de uso, dentre outras,

da pedagogia da alternância;

II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III- adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 1996).

De acordo com Santos *et al.* (2020), no Brasil, a Educação do Campo surge a partir do I Encontro de Educadores da Reforma Agrária, o Enera, que foi realizado em Brasília nos dias 28 a 31 de julho de 1997. Outro grande marco dessa trajetória de lutas foi a Conferência Nacional por uma Educação do Campo, realizada em Luziânia (GO), no período de 27 a 31 de julho de 1998. Nesse mesmo ano, ocorreu a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronera).

Em artigo intitulado *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): História, Estrutura, Funcionamento e Características*, Nelson Marques Félix (2016) anota:

Desde 1998, quando o Pronera foi criado pela portaria nº 10, de 16 de abril de 1998, devido à atuação dos movimentos sociais e sindicais, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) vem coordenando nacionalmente a execução do Programa com o objetivo de reduzir o analfabetismo de jovens e adultos trabalhadores(as) rurais, residentes no acampamentos e assentamentos de reforma agrária, assim como promover a elevação do seu nível de escolarização formal, ampliando o acesso ao ensino fundamental médio, técnico-profissional médio, superior e pós-graduação (Félix, 2016, p. 233).

Félix (2016) destaca ainda que o Pronera se distinguiu das demais políticas públicas existentes, visto que estimulou o debate acerca do direito à educação dos povos do campo em outras esferas públicas. Mais adiante, no tópico 4 deste trabalho, denominado “Resultados e discussões”, voltaremos a tratar do Pronera, enfocando sua experiência no estado de Alagoas.

Avançando nesse percurso histórico, não podemos deixar de mencionar a Resolução CNE/CEB nº 1, que entrou em vigor em 3 de abril de 2002 e instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. A partir desse momento, a educação do campo passa a ter orientações e normas a serem seguidas. No mesmo ano, de 26 a 29 de novembro de 2002, foi realizado em Brasília o Seminário Nacional por uma Educação do Campo, tendo como um dos principais objetivos a construção de políticas públicas na área da educação e a escolarização em todos os níveis de ensino (Santos *et al.*, 2020).

Em abril de 2008, a Resolução CNE/CEB nº 1 passa por algumas atualizações em suas Diretrizes Operacionais, entrando em vigor a partir da Resolução CNE/CEB nº 2, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo (SECADI/MEC, 2012).

Conforme consta no Dossiê de Educação do Campo, organizado por Santos *et al.* (2020), no período de 1998 até 2018, vários são os eventos coletivos realizados para debater, refletir e buscar melhorias para a Educação do Campo. Entre esses eventos julgamos de suma importância destacar a criação do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec):

A criação do FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO deverá viabilizar uma alteração significativa no que se refere à oferta da Educação do Campo e à consolidação dos princípios firmados pelas Diretrizes Educacionais para as escolas do campo (Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002; Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008), com efetivas ações de universalização, acesso e permanência ao ensino com qualidade e diversidade e para o desenvolvimento do campo brasileiro (Santos *et al.*, 2020).

No âmbito Estadual em Alagoas, cabe destacar a criação do Fórum Estadual Permanente de Educação do Campo (FEPEC), criado a partir da realização do I Fórum Estadual de Educação do Campo, em novembro de 2004, e instituído através da Portaria nº 0003/2005, publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas do dia 12 de janeiro de 2005. De acordo com Oliveira e Bezerra (2018), estariam lançadas, desta forma, as bases para o fortalecimento das políticas de educação do campo em território alagoano.

Quando se trata de educação em nosso país, sabemos que os avanços ocorrem lentamente. Na Educação do Campo não é diferente, apesar dos avanços ocorridos nas duas últimas décadas, a luta para que a educação do campo se consolide ainda demanda muitos esforços.

3.1 Contextualizando a educação rural e a educação do campo

Do ponto de vista teórico, é importante dizer que Educação Rural e Educação do Campo não são sinônimos. A Educação Rural, ofertada às pessoas que vivem nas áreas rurais do país, é uma adaptação do modelo urbano de ensino para o contexto rural, sem adaptar os currículos e sem considerar as especificidades do contexto do campo. A Educação do Campo, por sua vez, se caracteriza pela valorização dos sujeitos do campo e dos seus saberes. Para Vieira e Medeiros (2018):

Contextualizar a história da educação do campo no Brasil é importante, no sentido de compreender que as lutas dos sujeitos por educação, as conquistas ao longo do tempo e em determinados períodos históricos foram determinantes para que a Educação do Campo pudesse ser reconhecida no cenário atual (Vieira; Medeiros, 2018, p. 12).

A Educação Rural e a Educação do Campo surgem em diferentes momentos históricos e possuem finalidades distintas. Por isso, julgamos necessário defini-las e diferenciá-las, apresentando como cada uma surgiu e em que momento da história do povo brasileiro. Ribeiro (2012) afirma que, para definirmos a Educação Rural, é necessário começar pela definição do sujeito a que ela se destina: “trata-se dos camponeses, ou seja, daqueles que residem e trabalham nas zonas rurais e recebem os menores rendimentos por seu trabalho” (Ribeiro, 2012, p. 295)

De acordo com Vieira e Medeiros (2018), no Brasil Colônia, entre 1530 e 1822, mesmo com a maior parte da população residindo na zona rural, a educação era pensada para a população urbana. Essa questão persiste até os dias atuais, na medida em que existem diversas escolas localizadas na zona rural que seguem o modelo de educação pensado para a cidade. De acordo com Ribeiro:

Para estes sujeitos, quando existe uma escola na área onde vivem, é oferecida uma educação na mesma modalidade da que é oferecida às populações que residem e trabalham nas áreas urbanas, não havendo, de acordo com os autores, nenhuma tentativa de adequar a escola rural às características dos camponeses ou dos seus filhos, quando estes a frequentam (Ribeiro, 2012, p. 295).

Avançando um pouco no nosso percurso histórico, temos o período do Primeiro Império (1822 a 1831). Este, conforme Vieira e Medeiros (2018), foi um período marcado por poucos avanços relacionados à Educação. Nas suas palavras: “Questões referente ao rural, educação pública, educação para o povo do campo, reforma agrária e direitos trabalhistas não entravam na pauta das discussões políticas” (Vieira; Medeiros, 2018, p. 15).

Consideramos, porém, que ocorreu um grande marco na história da educação brasileira nesse período, a saber, a Lei de 15 de outubro de 1827, que determina a “criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos” (Brasil, 1827). Mesmo voltada a atender a elite, é considerada a primeira lei geral de educação pública no Brasil.

Baseando-se em Morissawa (2001), Vieira e Medeiros (2018) asseveram que, cientes do fim da escravidão e para limitar o acesso à posse de terra, o Império decretou a Lei de Terras em 1850. Esta determinava que o único meio de acesso à terra seria através da compra. Assim,

a maioria da população não tinha acesso às terras por não dispor do valor para adquiri-las. Vieira e Medeiros (2018) destacam ainda que, no período do Segundo Império, com a chegada dos/as imigrantes europeus, surgem os primeiros indícios em relação à Educação Rural. Foram criadas algumas escolas nas comunidades rurais, porém não obtiveram êxito, por não possuírem os instrumentos necessários ao seu funcionamento.

Ainda sobre a educação rural é importante sabermos que:

Mesmo encontrando-se registros de educação rural no século XIX, é somente a partir da década de 1930 que começa a tomar forma um modelo de educação rural associado a projetos de “modernização do campo”, patrocinados por organismos de “cooperação” norte-americana e disseminados pelo sistema de assistência técnica e extensão rural. (Ribeiro, 2012, p. 299).

Evidencia-se, assim, a negligência histórica vivida pelos sujeitos que vivem no campo, pois, mesmo quando surgiram as ações para a educação dos/as camponeses/as, o interesse era o de formar mão de obra barata, e não de oferecer a esses sujeitos uma educação para a cidadania o que, infelizmente, ainda podemos observar em muitas políticas atuais que mascaram a sua verdadeira intenção.

Os sujeitos do campo, cada vez mais, se mostram ativos e participativos nas discussões sobre a Educação do Campo. Depois de muitas lutas, a educação oferecida às populações que vivem nas áreas rurais deixou de ser denominada “Educação Rural”, pois o termo “rural” historicamente carrega um sentido de atraso. Passa a ser denominada “Educação do Campo”, visto que se refere à educação no sentido amplo do processo de formação humana. Conforme descrito no dossiê Educação do Campo (2020):

A Educação do Campo se contrapõe até ao termo educação rural porque contradiz a visão dos trabalhadores/povos do campo como atrasados, incultos, inconscientes, sem saberes, valores, culturas, identidades próprias. Sem educação. Afirmar a educação do e no campo é uma opção política radical: no campo há processos educativos, culturais, há sujeitos produtores de saberes, valores, culturas, identidades. Há pedagogias do e no campo (Arroyo, 2020, p. 14).

Assim, foi a partir da luta e da rebeldia de povos originários (indígenas, quilombolas, povos do campo), que sempre lutaram pela garantia de seus direitos, que o termo Educação do Campo passou a ser usado para se diferenciar da educação rural. A participação dos movimentos sociais de luta deu força e voz para que se construísse a Educação do Campo, com suas lutas, concepções, vivências, histórias, organização, trabalhos e culturas. Ao contrário da educação rural, que sempre visou “transformar o homem do campo” em “homem

urbano”, transformando-os/as em trabalhadores/as urbanos/as, forçando assim a saída destes/as para as cidades.

Em relação à oferta da Educação do Campo no país, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, em seu inciso 4º afirma:

A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político-pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo (Brasil, 2010).

A Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002, em seu Artigo 2º, Parágrafo Único, indica que:

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país. (CNE/CEB 1, 2002)

Assim, inspiradas em Antônio e Lucini (2007), optamos por utilizar neste artigo a expressão “Educação do Campo” e não “Educação Rural”, com o objetivo de viabilizar os sentidos do trabalho camponês, valorizando os seus saberes e conhecimentos. Desse modo, quando nos referimos à Educação do Campo estamos tratando de uma concepção de educação que se volta aos trabalhadores/as camponeses/as, afirmando e reconhecendo que os povos do campo são sujeitos de valores, saberes e culturas.

Em concordância com Vieira e Medeiros (2018), partimos do pressuposto de que a Educação do Campo deve contemplar o desenvolvimento territorial das famílias que trabalham e vivem na terra, considerando os/as educandos/as como sujeitos de seu desenvolvimento, que podem e devem contribuir para uma participação ativa em sua realidade, atuando de forma crítica a fim de transformar os espaços em que estão inseridos/as. Dessa forma, o desafio ao qual nos propomos refere-se à necessidade de refletirmos sobre uma educação ativa e de qualidade, que respeite a cultura e o espaço dos indivíduos que vivem no e do campo.

4. Resultados e discussões

Em relação à Educação do Campo, Oliveira (2020) afirma que é fundamental entendermos as especificidades que marcam a realidade em Alagoas, para entendermos melhor essa situação a autora apresenta os seguintes dados:

O estado de Alagoas tem, segundo dados oficiais (IBGE), cerca de 3 milhões de pessoas, com quase 30% desse contingente vivendo nas zonas rurais do estado. A diversidade, conceito tão caro à educação do campo, é traço marcante do nosso estado. Somos a terra de Zumbi dos Palmares e temos o privilégio de contar com a presença de 11 (onze) nações indígenas em nosso território (Oliveira, 2020, p. 94).

Para Oliveira e Bezerra (2018), o ano de 1998 foi um marco significativo para a Educação do Campo no estado de Alagoas, pois se inicia a partir de então uma parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tendo como objetivo o planejamento e o desenvolvimento do Programa Nacional de Reforma Agrária (Pronera).

Ainda de acordo com Oliveira e Bezerra (2018), a primeira experiência do Pronera em Alagoas durou quase dez anos. Mediante a avaliação sistematizada da experiência do Pronera na Ufal, as autoras identificam as seguintes conquistas:

No âmbito da escolarização dos sujeitos/alfabetizando(as), (através da contribuição com o processo de apropriação de elementos do mundo letrado e a utilização mais consciente desse conhecimento no seu dia a dia); no âmbito da formação de educadores(as), faz-se menção especial às contribuições do PROFORMAÇÃO, que garantiu a formação para o Magistério, em nível médio, dos(as) educadores(as) que atuavam no PRONERA. Essa experiência de formação, para além de tornar possível a atuação nas turmas do PRONERA, abriu portas para que alguns/algumas educadores(as) se inserissem como professores das redes municipais de ensino em Alagoas e significou, para alguns deles, o crescimento do interesse e da motivação para continuar os estudos, buscando graduar-se em nível superior (Oliveira; Bezerra, 2018, p. 7).

Torna-se, assim, perceptível, a partir da análise de Oliveira e Bezerra (2018), a importância do Pronera na vida desses sujeitos, que a partir dessa primeira experiência de formação se sentem motivados para ampliar os seus conhecimentos, possibilitando, em alguns casos, a formação em nível superior. Cabe destacar o primeiro curso de Licenciatura em Educação do Campo do estado de Alagoas, o Procampo, implantado pela Universidade Estadual de Alagoas - Uneal:

O primeiro curso de Licenciatura em Educação do Campo/PROCAMPO, que teve vigência entre os anos de 2011 e 2018, atendendo à demanda de formação de estudantes camponeses ligados ao MST, a outros movimentos sociais do campo, bem como oriundos de sindicatos rurais. O curso contribuiu com a formação, em nível superior, de 56 trabalhadores e trabalhadoras do campo, uma grande conquista para a Educação do Campo em Alagoas (Oliveira; Bezerra, 2018, p. 8).

Outro avanço significativo para a Educação do Campo no estado, no ano de 2018, foi o fato de a “Ufal ter aprovado o curso de Agroecologia Bacharelado, também pelo Pronex, no qual formará 50 (cinquenta) estudantes oriundos de áreas de assentamento e acampamento da Reforma Agrária” (Oliveira; Bezerra, 2018, p. 8). As experiências vivenciadas por esses/as estudantes representam significativos avanços na trajetória de lutas da educação do campo em Alagoas.

Conforme mencionamos inicialmente, esta pesquisa busca responder aos seguintes questionamentos: Como a educação do campo vem sendo abordada na produção acadêmica na Universidade Federal de Alagoas? Quais as principais ações e desafios em prol de uma educação de qualidade para os sujeitos do campo que essas produções apresentam? A fim de responder a essas questões, realizamos a revisão de literatura que resultou nas pesquisas dos/as seguintes autores/as: Silva e Silva (2020); Mendonça e Cavalcante (2017); Nunes (2018); Correia (2021), conforme mostra a tabela a seguir.

Tabela 1 – Trabalhos selecionados para revisão de literatura tendo como fonte de dados o Repositório Institucional da Ufal (RI/UFAL)

TÍTULO	AUTORES/AS	DATA DE PUBLICAÇÃO	TIPO	LINK PARA ACESSO
Educação do campo: a importância da valorização das características dos povos camponeses	Ana Lucia Leão Aristides da Silva; Nataniele Maria da Silva	22-Dez-2020	Trabalho de conclusão de curso	http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10142

O professor do campo e sua formação	Lenira Magna de Mendonça Santana; Lucilela Maria Cavalcante	11-Mar-2017	Trabalho de conclusão de curso	http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/7725
Protagonismo e resistência: a educação do campo e as práticas pedagógicas na perspectiva da reapropriação da experiência no campesinato alagoano	Carlos Henrique Ferreira Nunes	19-Jul-2018	Dissertação	http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/riufal/5922
Realidade da educação do campo na zona rural de Pariconha - AL: educação do campo ou educação rural?	Maria do Rosário Carvalho Correia	21-Set-2021	Trabalho de Conclusão de Curso	http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/8322

Fonte: Elaborado pelas autoras (2023).

No que tange a Educação do Campo em Alagoas, a Resolução nº 040/2014-CEE/AL, dispõe sobre a regulamentação da oferta de Educação do Campo no Sistema Estadual de Educação de Alagoas e dá outras providências correlatas. O artigo 4º, inciso 2º descreve que:

Deverá ser ofertada, aos educadores, gestores, técnicos, pessoal administrativo e de apoio, que atuem nas escolas do campo, formação inicial e continuada que levem em consideração as especificidades e peculiaridades dos sujeitos do campo, com estudo dos múltiplos aspectos da realidade campesina, especialmente a realidade alagoana e nordestina (CEE/AL, 2014).

Com base na oferta da Educação do Campo no estado, como já sinalizamos, nesta pesquisa, mapeamos como a Educação do Campo tem sido apresentada no estado de Alagoas. Passamos, a seguir, a dialogar com os trabalhos mapeados.

Em artigo intitulado “Educação do Campo: a importância da valorização das características linguísticas dos povos camponeses”, as autoras afirmam que a Educação do Campo “é uma modalidade de ensino que ocorre nos meios rurais, voltada à população camponesa nas diversas produções e destina-se também a comunidades quilombolas, indígenas e pessoas que residem em assentamentos” (Silva; Silva, 2020, p. 6). No trabalho, as autoras refletem sobre as experiências escolares na comunidade para analisar as políticas pedagógicas e

sua relação com o ensino-aprendizagem, considerando a variação linguística. Destaca-se a importância da diversidade da língua e de propostas pedagógicas que valorizem o modo de falar do povo do campo, sobretudo na comunidade de atuação das autoras, com o objetivo de conscientizar sobre o preconceito linguístico associado ao público estudado.

O trabalho “O professor do campo e sua formação”, de autoria de Lenira Magna de Mendonça Santana e Lucilela Maria Cavalcante (2017), destaca a precariedade da infraestrutura escolar. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual localizada na Zona Rural do Município de Poço das Trincheiras, Estado de Alagoas. Devido à falta de espaço físico adequado, algumas turmas precisaram ser alocadas na sala de computação e na Biblioteca, demonstrando a necessidade de melhoria na infraestrutura da escola para impactar nos processos de ensino e aprendizagem dos/as estudantes. A melhoria das instalações físicas das escolas, com ambientes seguros e adequados, são fundamentais para favorecer o aprendizado dos/as estudantes e proporcionar condições de trabalho mais favoráveis para os/as professores.

Nunes (2018), na dissertação intitulada “Protagonismo e resistência: a Educação do Campo e as práticas pedagógicas na perspectiva da reapropriação da experiência no campesinato alagoano” busca analisar de que maneira a Educação do Campo tem se estabelecido nas últimas duas décadas como uma alternativa teórica e prática a uma educação predominantemente voltada aos interesses do mercado. Para o autor, a Educação do Campo defende uma escola rural pública, autônoma e socialmente engajada em seu trabalho pedagógico, em conexão com os movimentos sociais da terra. O autor defende a capacidade de transformação radical da escola campesina, com foco para o contexto alagoano.

Maria do Rosário Carvalho Correia (2021), no Trabalho de Conclusão de Curso nominado Realidade da Educação do Campo na zona rural de Pariconha - AL: Educação do Campo ou Educação Rural?, investiga a realidade da escola do campo no Alto Sertão de Alagoas (Pariconha), diante da contradição entre o acesso ampliado à educação para comunidades campesinas e a manutenção de um modelo de ensino urbano em escolas rurais. O estudo busca despertar na comunidade local a consciência da relevância de uma educação do campo para o desenvolvimento social, cultural e econômico, desde a identificação comunitária até a implementação de um ensino próprio. Adotando uma metodologia qualitativa, a pesquisa também analisa as diretrizes e perspectivas da Educação do Campo, reconhecendo sua importância na valorização das identidades culturais específicas.

Observamos que a Educação do Campo é um direito garantido por Lei, porém, na prática, na escola, a situação muitas vezes é bem diferente. Um dos maiores desafios continua

sendo a precariedade da infraestrutura das escolas localizadas nas regiões do campo. Isso inclui a falta de acesso à energia elétrica, bibliotecas, saneamento básico, transporte escolar inadequado e instalações físicas deterioradas, conforme dados do Censo Escolar (Brasil, 2023). Os quatro trabalhos mapeados apresentam, em diferentes perspectivas, os desafios da implementação da educação do campo no estado.

Assim como a população do campo, que abrange milhares de indivíduos, os/as estudantes do campo também representam uma população significativa, composta por milhares de estudantes que residem e estudam nessas regiões. Oliveira (2020) nos traz os seguintes dados sobre essa questão:

Em uma busca de dados realizada por nós recentemente no INEPDATA identificamos que em Alagoas existem cerca de 1.699 escolas rurais públicas, nas quais estão matriculados 195.707 mil estudantes. Quase a totalidade destas escolas está sob a responsabilidade dos Municípios (1.644). Destas, 61 são escolas em Áreas de Assentamento de Reforma Agrária e 50 são escolas em Áreas Remanescentes de Quilombos. Das 40 escolas rurais sob a responsabilidade da gestão do Estado, há 17 localizada em Terras Indígenas e 1 (uma) em Área Remanescente de Quilombo (Oliveira, 2020, p. 95)

Outra questão importante a ser destacada é que, nas pesquisas que foram analisadas, os/as autores/as são unânimes em mencionar a importância de uma formação inicial e continuada de qualidade para os/as professores/as que atuam no campo, tendo em vista que as práticas pedagógicas devem estar em constante atualização, visando sempre à melhoria dos processos de ensino e aprendizagem. Nas palavras de Silva e Silva:

Em 2016, a Secretaria Municipal de Educação, juntamente com a Universidade Federal de Alagoas, proporcionou aos professores do campo uma formação voltada às práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, buscando resolver os conflitos existentes no âmbito educacional rural. Foram tratados na prática assuntos relacionados à valorização da identidade cultural do aluno do campo. A formação denominada de “Escola da Terra” nos abriu um leque de possibilidades que podem e devem ser trabalhadas dentro da realidade do aluno do campo (Silva; Silva, 2020, p. 8).

A formação de professores/as que atuam no campo vem passando por melhorias, porém, tais melhorias ocorrem lentamente. Mendonça e Cavalcante (2017) referem que a formação de professores/as para atuar na Educação do Campo é um processo desafiador, que envolve a desvalorização salarial, a falta de condições de trabalho e de formação específica, a fim de possibilitar que seja de fato efetivado um trabalho de qualidade no meio rural. Segundo Correia (2021):

A formação de professores para a atuação nas escolas do campo é bem complicada, pois deve se pensar nas políticas educacionais, para então procurar meios de solucionar as dificuldades encontradas durante a atuação nessas escolas. É importante frisar também o quão é importante atuar nesse meio, profissionais docentes engajados

nessa área, que não visem apenas ao monetário, mas que tenham responsabilidade com o que fazem, que se doem ao máximo para que, junto com os estudantes e a comunidade, alcancem o que se almejam (Correia, 2021, p. 35).

Sabemos que o/a professor/a é um sujeito essencial no processo de ensino-aprendizagem. Assim, faz-se necessário que esse/a profissional esteja em permanente processo de formação. Segundo Caldart (2011), é preciso aprender a refletir sobre a prática, continuar estudando, desafiar-se a escrever sobre o processo e teorizá-lo.

Caldart (2011) enfatiza também a importância de garantir a formação de professores/as na própria escola em que atuam, sem que precisem se deslocar a outros municípios para que possam ter acesso a essas formações. Essa autora adverte, porém, que é igualmente importante que esses profissionais, em alguns momentos, saiam da escola e participem de formações em outros ambientes, com outras pessoas. Nas palavras da autora:

Pisar em outros territórios, conversar com outras gentes, ouvir outros sotaques, mudar de ambiente, ver outras coisas, produz um “arejamento” indispensável para a formação de um educador. Isto ajuda a multiplicar suas raízes, ou a enraizá-lo numa coletividade maior (Caldart, 2011, p. 126).

Percebe-se, assim, a importância de uma formação de professores/as que possibilite a esses profissionais momentos ricos em partilha de experiências e saberes, a fim de que eles adquiram novos conhecimentos, ampliando a sua visão de mundo e aprimorando suas práticas educativas.

Quanto a questão das salas multisseriadas Silva e Silva (2020) destacam que essa é uma das maneiras utilizadas para assegurar o funcionamento das escolas do campo:

Tal configuração assegura aos educandos do campo a garantia de uma educação formal em seu lugar de vivência, que, embora não seja a solução para os problemas enfrentados por essas escolas, tem contribuído para que haja uma esperança na garantia dos direitos da educação do povo rural sem deslocamento até as escolas na cidade (Silva; Silva, 2020, p.7).

Segundo Santana e Cavalcante (2017):

Cumprir um planejamento adaptado a essa realidade caracterizada por possuir uma sala e só um professor para atender quatro séries no mesmo local e ao mesmo tempo, é um desafio para o professor de multisserie, pois, os mesmos tem a obrigação de criar planos, estratégias de ensino e avaliação diferenciadas para todas as séries reunidas na turma. (Santana; Cavalcante, 2017, p. 18).

As salas multisseriadas são uma realidade comum em muitas escolas rurais do estado de Alagoas, o que em muitos momentos acaba sendo um desafio para os professores que

precisam de um currículo adaptado para atender a todos os estudantes da sala independente do ano cursado e da sua idade.

Como observamos, a realidade da Educação do Campo em Alagoas reflete, em grande medida, os desafios nacionais, com algumas particularidades regionais. É importante destacar que os trabalhos analisados abordam esse contexto local. Contudo, dada a baixa quantidade de trabalhos mapeados, ressaltamos a necessidade da ampliação das pesquisas que se aprofundem na realidade específica da Educação do Campo em nosso estado, particularmente produzidas no âmbito do Curso de Pedagogia e do Centro de Educação da UFAL, do qual somos alunas.

5. Considerações Finais

Consideramos que este trabalho contribuiu imensamente para a nossa formação como profissionais da Educação. Estudar sobre a Educação do Campo é, para nós, sempre um privilégio. Em todos os momentos do trabalho, fomos instigadas a conhecer mais sobre o assunto. Reconhecemos que a Educação do Campo, historicamente, já passou por significativos avanços, porém há ainda um longo caminho a se percorrer em prol de uma educação de qualidade para os sujeitos do campo.

Em Alagoas, a Educação do Campo vem sendo abordada na produção acadêmica como um campo em constante transformação, no qual melhorias principalmente na formação dos professores/as. A luta por uma educação de qualidade para os sujeitos do campo precisa ser ampliada. O campo está cada vez mais vivo e presente e as pessoas que dele fazem parte se mostram cada vez mais conscientes de seus direitos e deveres. A caminhada, que já conta com algumas décadas, certamente ainda tem muito para construir e conquistar.

O campo é um lugar rico em possibilidades em sonhos e cultura. Os desafios enfrentados pelos/as professores/as que atuam nessas escolas são diversos. Para se obter uma educação de qualidade para os sujeitos do campo, faz-se necessária a criação e o fortalecimento de políticas públicas que levem em consideração o contexto em que esses sujeitos estão inseridos, além da formação continuada, que deve ser ofertada regularmente.

Reafirmamos a necessidade de que outros trabalhos acadêmicos sobre a educação do campo sejam realizados especificamente por discentes e docentes da Universidade Federal de Alagoas. Consideramos, ainda, fundamental uma maior participação da Universidade em pesquisas voltadas para essa área, ampliando a produção de conhecimentos sobre o tema no

estado.

Desejamos que os/as futuros/as leitores/as deste texto, assim como nós, se sintam instigados pelo tema e tragam suas contribuições sobre esse assunto tão importante em nossa sociedade. O fato é que não estamos falando de uma ou duas pessoas, senão de milhares de pessoas que residem no campo.

Referências:

ANTONIO, Clécio Acilino; LUCINI, Marizete. Ensinar e aprender na educação do campo: processos históricos e pedagógicos em relação. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 177-195, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – Pronera. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM..-15-10-1827.htm. Acesso em: 27 jul. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: . Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. **Educação do Campo**: marcos normativos. Brasília: SECADI, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/z6LjzpG6H8ghXxbGtMsYG3f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 jul. 2025.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS. **Parecer nº 313/2014 - CEE/AL**. Maceió: CEE/AL, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.

CORREIA, Maria do Rosário Carvalho. **Realidade da educação do campo na zona rural de Pariconha (AL): educação do campo ou educação rural?** 2022. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Unidade Delmiro Gouveia – Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da educação do campo. [S. l.; s. d.]. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOREIRA, Erika Macedo; LIMA, Mariana Cruz de Almeida. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Santa Maria: Editora e Gráfica Caxias, 2016.

NUNES, Carlos Henrique Ferreira. **Protagonismo e resistência: a educação do campo e práticas pedagógicas na perspectiva da reapropriação da experiência no campesinato alagoano**. 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

OLIVEIRA, Ana Maria Vergne de Moraes; BEZERRA, Sara Jane Cerqueira. **Vinte anos da educação do campo em Alagoas**: breves apontamentos. Maceió, 2018.

RIBEIRO, Marlene. Educação Rural. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012. p. 295-300.

SANTANA, Lenira Magna de Mendonça; CAVALCANTE, Lucilela Maria. **O professor do campo e sua formação**. 2017. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação, Núcleo de Educação a Distância/NEAD, Curso de Pedagogia – Polo Maceió, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SANTOS, Clarice Aparecida dos [et al.] (Org.). **Dossiê Educação do Campo**. Documentos 1998-2018. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

SILVA, Ana Lúcia Leão Aristides da; SILVA, Nataniele Maria da. **Educação do Campo: a importância da valorização das características dos povos camponeses**. 2023. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Centro de Educação, Núcleo de Educação a Distância/NEAD, Curso de Pedagogia – Polo Maceió, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_d_e_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2025.

VIERO, Janisse; MEDEIROS, Liziany Müller. **Princípios e concepções da educação do campo**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018.